

# Estâncias de criação de gado e cativos em Rio Pardo no final do Século XIX

Livestock ranches and slave labor in Rio Pardo in the late 19th century

Estancias ganado y cautivos en Rio Pardo a finales del siglo XIX

Olgário Vogt\*

Bruna Vieira Spenner\*\*

## Resumo

O objetivo do artigo é analisar a composição do patrimônio de estâncias de criação de gado em Rio Pardo, RS, no final do Século XIX e detectar em que medida a força de trabalho escravo esteve presente nas atividades pastoris. Como foco de análise foram selecionadas as estâncias Nossa Senhora da Vitória e das Pederneiras, dois dos principais empreendimentos criatórios do município. A principal fonte empírica de pesquisa utilizada é constituída de fontes primárias manuscritas. Trata-se dos inventários *post mortem* de Mathias José Velho, proprietário da Santa Vitória, e do vereador José Ferreira Porto, dono das Pederneiras.

*Palavras-chave:* Estâncias de gado. Escravidão. Inventários *post mortem*.

## Introdução

No Rio Grande do Sul (RS), prevalece, no senso comum, a tese de que a escravidão teria sido pouco expressiva e branda na Província. A historiografia tradicional em muito contribui na construção desse pensamento equivocado. Apenas para exemplificar, Souza Docca (1954, p. 81) escreveu que foi insignificante a contribuição do sangue africano na formação do tipo sul-rio-grandense. Arthur Ferreira Filho (1974, p. 140) defendeu que o RS, quando comparado com as demais províncias brasileiras, apresentava reduzido

\* Olgário Vogt, professor do Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC.

\*\* Bruna Vieira Spenner, mestre em desenvolvimento regional; arquiteta e urbanista.

Recebido em 01/04/2014 - Aprovado em 25/06/2014

<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.14n.2.4581>

número de cativos, não encontrando a escravidão “ponto de apoio do temperamento liberal dos gaúchos.” Na mesma toada, Amyr Borges Fortes registrou que o RS

[...] foi, das províncias brasileiras, uma das que recebeu menor número de escravos, pois, desde logo, ficou evidenciado que os negros africanos não se ambientavam ao clima do sul do país e, ainda, que os misteres da criação não eram bem desempenhados por esses indivíduos. Utilizados apenas nos labores domésticos e nas charqueadas, em nenhuma província como na nossa, encontraram, os escravos, tratamento mais clemente e humano. Raramente eram submetidos a espancamentos e castigos corporais, e frequentes eram as alforrias concedidas por ocasião de festas, aniversários etc. (FORTES, 1962, p. 93-94).

O escravo, mesmo quando admitida sua incorporação nas estâncias, teve ofuscada sua marcante presença pela ideologia da democracia pastoril. Assim, em 1927, Jorge Salis Goulart (1978, p. 11) defendeu que na estância duas forças combinadas, o meio físico e o trabalho pastoril imposto pela natureza do solo, atuaram para irmanar patrões e empregados, sendo o gaúcho muito mais um amigo do que um subordinado de seu patrão. Laços de intimidade democrática e de unidade afetiva uniam, em um latifúndio, donos de estâncias, seus parentes e peões (GOULART, 1978, p. 28-29). Trabalhando ombro a ombro com seu senhor, o cativo teria recebido um tratamento mais humanitário e digno que em outras atividades. Como pontua, com propriedade, Mário Maestri (2008, p. 184), a ideologia da democracia pastoril procurou escamotear “contradições sociais essenciais no seio das unidades pastoris e, assim, na antiga formação social sulina”.

O emprego da força de trabalho escrava nas lides campeiras já foi tema de acalorados debates. Mesmo autores de fundamentação teórica marxista negaram, ou ao menos minimizaram o envolvimento de cativos nesse tipo de atividade. Nesse sentido, Paulo Xavier (1969, p. 78) dividiu os trabalhadores das estâncias entre os realizados por homens livres e os realizados por homens escravizados. De forma idêntica, classificou os ramos da economia estancieira em dois grupos: a mercantil e a natural. Os cativos estariam ligados ao ramo da economia natural. Parcela deles se dedicaria à lavoura, plantando e elaborando a riqueza indispensável para o consumo da unidade produtiva. Outra parte desenvolveria um artesanato doméstico produzindo sabão, queijos, linguiças, conservas, tecidos, rendas e outros mais. Já os trabalhadores livres - agregados e peões - estariam ligados ao ramo da economia mercantil. Seriam supervisionados diretamente pelo estancieiro ou o seu preposto, o capataz, se constituindo em uma espécie de trabalhadores servis.

O campeiro, com sua família, ocupa trechos da terra; neles constrói o seu rancho, planta e colhe produtos para seu próprio consumo. O gozo desses benefícios será jungido à sua fidelidade ao dono da terra. Alguns capatazes ou agregados mais capazes e úteis recebem animais - terneiros - por ocasião das marcações, como prêmio aos seus préstimos e interesse demonstrado pelo trabalho. Seus filhos são “afilhados” do patrão. Sua fidelidade torna-se cada vez mais de natureza servil. O estancieiro é o protetor de todos os dependentes de sua área e sobre todos exerce autoridade indiscutível (XAVIER, 1969, p. 78).

Dessa forma, Xavier caracteriza a estância como uma combinação de uma economia natural com a mercantil, respectivamente sob o regime escravista e servil, e exclui o escravo no envolvimento direto dos trabalhos com o gado. Francisco Riopardense de Macedo (1969, p. 115) defendeu tese análoga a de Xavier ao afirmar que as estâncias eram centros comunais onde escravos e um punhado de homens livres aplicavam-se a dois tipos de economia: a natural e a mercantil.

Décio Freitas (1983) sustentou que, desde o início, na estância gaúcha preponderaram relações capitalistas de produção. A massa de trabalhadores rurais das estâncias teria sido composta de homens juridicamente livres que, não possuindo a nenhum título os meios de produção, vendiam sua força de trabalho para prover a subsistência. O emprego do escravo na atividade pastoril não era recomendado por dois motivos. Um deles está relacionado à supervisão e à vigilância do cativo.

No pastoreio, haveria que colocar um feitor ao lado de cada escravo pastor, já que sem a vigilância e a supervisão este último obviamente trabalharia pouco e mal, usando com toda a probabilidade o cavalo para fugir através das distâncias, indivisas e despovoadas campanhas, cruzando a raia em busca de uma liberdade assegurada legalmente nas terras platinas. Semelhante vigilância e supervisão seria logicamente antieconômica (FREITAS, 1983, p. 28).

O outro motivo pelo qual não se recomendava a utilização do escravo na atividade pastoril é o fato de que os africanos não dominavam a técnica do trabalho. Teriam, portanto, que ser adestrados para a execução das tarefas. Nesse sentido, seria antieco-

nômico importar negros da África e submetê-los a um longo aprendizado. Mais lógico seria recrutar “uma massa de trabalhadores livres dotada de experiência e tradição pastoris: os gaúchos ou gaudérios, índios e mestiços” (FREITAS, 1983, p. 28).

A obra pioneira de Fernando Henrique Cardoso, de 1962, contestou a tese da escravidão branda, evidenciou a importância dos trabalhadores cativos nas charqueadas e apontou para a utilização da mão de obra escrava nas estâncias do RS. Trabalhos investigativos recentes confirmaram que a escravidão permeou, de alto a baixo, a sociedade sul-rio-grandense e destacaram que a força de trabalho escrava foi empregada em diferentes regiões da Província, inclusive na criação e na lida do gado.

Paulo Zarth (1997, 2002), ao pesquisar a história agrária na região do planalto, no norte do Estado, na segunda metade do Século XIX, fundamentado em uma amostragem de inventários, demonstrou a forte presença da escravidão naquela região. Destacou que nas estâncias rio-grandenses foi significativa a escravidão, sendo ela “bem mais importante do que a historiografia tem divulgado” (ZARTH, 2002, p. 149). Ali, os grandes estancieiros recorreriam com regularidade ao trabalho cativo.

Fábio Kühn, em tese de doutorado defendida em 2006, deixou consignado que os primeiros lagunenses que se instalaram nos Campos de Viamão depois do primeiro terço do Século XVIII se valiam do trabalho escravo africano e também indígena. A partir do rol dos confessados de 1751, constatou que “mais de 45% da população era cativa, um percentual muito elevado, semelhante

ao encontrado nas zonas mineradoras ou de *plantation* e não muito adequado a uma região voltada ao mercado interno” (KÜHN, 2006, p. 110). Apurou, ainda, que pelo censo paroquial de 1778, dois terços dos fogos de Viamão apresentavam a existência de escravos (KÜHN, 2006, p. 130).

Helen Osório, investigando o final do período colonial do RS, a partir de inventários *post mortem*, constatou que 97% dos estancieiros da sua amostragem eram proprietários de cativos. Averiguou que nas estâncias que possuíam de 101 a 1.000 cabeças de gado, a escravaria compunha 29,9% do patrimônio produtivo; já naquelas de mais de 1.000 cabeças de gado, integralizavam 17,3% do montante (OSÓRIO, 2007, p. 107). Significativa parcela desses trabalhadores compulsórios seriam domadores e campeiros.

Luís Augusto Farinatti (2010, p. 357) diagnosticou que nos campos do Alegre os escravos campeiros “eram maioria nas escravarias pertencentes aos grandes estancieiros e marcavam presença também nos extratos inferiores da hierarquia econômica dos criadores de gado.” Verificação idêntica seria depois feita por Marcelo Santos Mathews (2012) para aquela área de fronteira; por Maria Beatriz Eifert (2007) nas fazendas pastoris de Soledade e por outros.

Esses e tantos outros trabalhos, revisitando antigas ou incorporando novas fontes, ecoam no extremo sul do país a renovação da historiografia a respeito dos trabalhadores e da escravidão que ocorre no Brasil desde a década de 1980 (CHALHOUB; SILVA, 2009). No entanto, é inimaginável tratar a respeito do trabalhador escravo no RS sem mencionar os historiadores Mário Maestri

e Paulo Roberto Staudt Moreira. Ambos, embora se valendo de enfoques teórico-metodológicos distintos, por meio dos seus incontáveis escritos e pelos pós-graduandos por eles orientados, têm contribuído significativamente para o avanço de pesquisas sobre a temática.

Contudo, apesar desses significativos avanços historiográficos e apesar de sua importância na formação social e econômica do Brasil meridional, não se encontra ainda uma história geral sobre a estância pastoril sulina (MAESTRI, 2008, p. 176). Ao mesmo tempo, são ainda poucos os estudos monográficos sobre as características da população escrava nas áreas de pecuária extensiva e sobre as atividades que, realmente, realizavam no complexo estancieiro (FARINATTI, 2010, p. 348).

O presente artigo se propõe problematizar a presença do trabalhador cativo em atividades pastoris. Em razão da importância histórica de Rio Pardo na formação do território do RS e pela importância que teve o gado na sua economia, foi tomado como *locus* da pesquisa. O período escolhido foi o do final do segundo Império, época em que a atividade criatória do RS estava no auge, mas já apresentava visíveis sinais de esgotamento (HERRLEIN JR., 2000). Consoante com objetivos da pesquisa, optou-se trabalhar com os dois principais empreendimentos então ali existentes: a Estância Nossa Senhora da Santa Vitória e a Estância das Pederneiras.

## A fonte primária utilizada e o objeto de pesquisa

Rio Pardo foi um importante centro escravista no Século XIX. Em 1872, conforme os dados do censo demográfico então realizado, havia, na Paróquia, 2.509 cativos. Conforme demonstrou Melina Perussatto (2010), em sua dissertação de mestrado, nas décadas finais da escravidão, o trabalho cativo estava disseminado por praticamente todas as atividades e espaços produtivos. Detectou, pelos inventários compulsados, que a participação dos proprietários que detinham a posse de trabalhadores escravos atingira a marca de 70,1% entre os anos de 1860 e 1887 (PERUSSATTO, 2010, p. 52).

Dentre os 286 proprietários de escravos inventariados por Perussatto (p. 64) ao longo de 27 anos, predominavam os proprietários de pequenos planteis (donos de 1 a 9 trabalhadores cativos) que perfaziam 83,1% dos escravistas. Os médios (donos de 10 a 20) e os grandes proprietários (donos de mais de 20 escravos) representavam somente 1/6 dos escravistas. No entanto, juntos, possuíam mais da metade (50,6%) da posse de cativos.

Nesse sentido, visando diminuir a escala para permitir uma análise micro do objeto de estudo, mas sem divorciá-lo do contexto maior em que está inserido, optou-se por dissecar os inventários dos dois principais estancieiros de Rio Pardo no final do segundo Império: Mathias José Velho e José Ferreira Porto.

Inventários são documentos judiciais feitos após a morte de um indivíduo. Através desse os bens do falecido são partilhados

entre seus herdeiros, conforme prevê a legislação da época e de acordo com a vontade do morto, caso tenha firmado um testamento. Para o pesquisador, os inventários podem se constituir em importantes testemunhos da vida material e cultural de indivíduos e de grupos sociais do passado (FURTADO, 2009). Os inventários do Século XIX quase sempre descrevem, pormenorizadamente, os bens de herança móveis (objetos, instalações profissionais, estoques, créditos e valores mobiliários), imóveis (propriedades rurais e urbanas) e semoventes (referente a escravos e animais) de um indivíduo, dívidas ativas e passivas e os bens alheios encontrados no espólio do inventariado (DAUMARD et al, 1984, p. 176-179). Por meio desses, é possível “avaliar tanto a riqueza de um grande estancieiro como o grau de pobreza de um pequeno posseiro” (ZARTH, 2011, p. 20). Pelo número e valor dos móveis e utensílios de uso cotidiano inventariados, a própria vida doméstica pode ser aquilatada pelo pesquisador (FLEXOR, 2009, p. 27).

Os inventários normalmente são constituídos de três partes distintas. Na primeira parte, aparecem dados pessoais do falecido e a relação dos herdeiros; na segunda, há a descrição e a avaliação dos bens móveis, imóveis, semoventes e as dívidas ativas e passivas deixadas pelo falecido; na terceira é feita a partilha dos bens entre os herdeiros.

A base empírica principal utilizada neste texto é constituída pelos inventários *post mortem* dos seguintes estancieiros: Mathias José Velho, proprietário da Estância da Santa Vitória, falecido em 25 de maio de 1875, cujo inventário iniciou em 8 de março de 1876 e foi concluído em 1879; José Ferrei-

ra Porto, proprietário da Estância das Pederneiras, falecido em 29 de dezembro de 1881, cujo inventário iniciou em 1882 e foi concluído em 1885.

Essas fontes documentais primárias foram localizadas no Arquivo Público do Estado do RS. O inventário de Mathias José Velho encontra-se no Fundo 007, Comarca de Rio Pardo, Subfundo Vara Cível e Crime. O inventário do vereador José Ferreira Porto encontra-se no Fundo 004, Comarca de Porto Alegre, Subfundo 1ª Vara da Família e Sucessão. Os inventários, após localizados, foram digitalizados. Por se tratar de documentos manuscritos, de leitura relativamente difícil, os dados relativos às estâncias foram transcritos para possibilitar uma análise mais atenta.

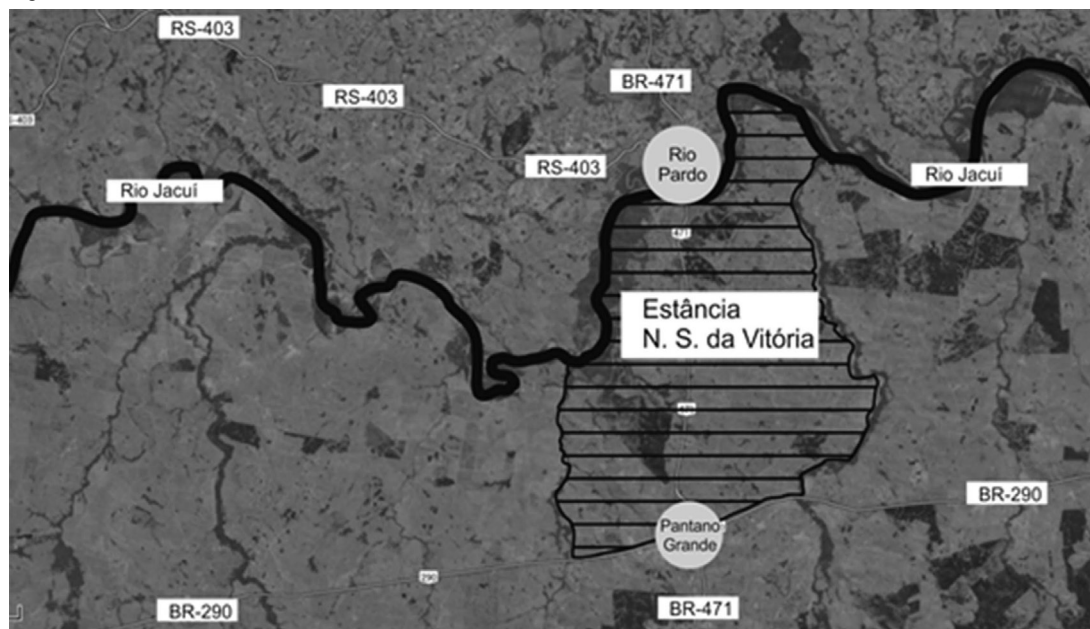
## Estância Nossa Senhora da Vitória

A Estância Nossa Senhora da Vitória, também conhecida como Estância da Vitória, está localizada às margens do rio Jacuí e da rodovia BR 471, a qual liga Rio Pardo a Pantano Grande. Antes de pertencer a Mathias José Velho, o desembargador Pedro Rodrigues Chaves foi seu proprietário. Esse a vendeu para Velho em 29 de dezembro de 1857 (SPENNER, 2013, p. 82). Pedro Rodrigues Chaves, a partir de 1855, passou a ostentar o título de Barão de Quaraí, razão pela qual o empreendimento foi chamado, durante algum tempo, de Estância do Barão de Quaraí. Chaves foi, também, liderança expressiva do Partido Conservador, Senador do Império e Presidente da Província da Paraíba, vindo a falecer em 1866 em Toscana, Itália (LAYTANO, 1979).

A família Mathias Velho foi uma das mais ricas do RS na segunda metade do Século XIX, possuindo inúmeras propriedades rurais e urbanas espalhadas pela Província de São Pedro, sendo a Estância Nossa Senhora da Vitória apenas uma delas. Mathias José Velho nasceu em Mostardas, em 1792, e morreu em Rio Pardo, em 1875. Casou, em 1827, com Luciana Francisca da Terra, nascida em 1806 e falecida em 1888 (SPENNER, 2013). O inventário pesquisado tem data inicial de 1876 e foi finalizado somente em 1879. A demora aconteceu pelo fato de o inventariado ter herdeiros menores de idade. O casal morava na Estância da Vitória quando Velho veio a falecer. Deixou como herdeiros sua esposa e 11 filhos.

Com base nos relatos feitos por Macedo (1969), Pinto (1989) e Laytano (1979), e a partir de descrições existentes no inventário, foi possível elaborar a Figura 1, em que se procura demarcar a área aproximada da estância no ano de 1876.

Figura 1 – Área de terra inicial da Estância Nossa Senhora da Vitória



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do inventário de Mathias José Velho.

A Estância Nossa Senhora da Vitória tinha em torno de oito léguas de campo correspondendo a, aproximadamente, 35 mil hectares. Essa propriedade constituía um grande patrimônio, ao qual se somavam as demais benfeitorias, os animais, a casa-sede e os muitos utensílios e móveis ali existentes. As oito léguas de campo então pertencentes à estância estão demarcadas na Figura 1. Para se ter uma noção do tamanho dessa área, nos dias atuais, ela compreende toda a extensão da rodovia BR 471, da ponte sobre o rio Jacuí até a cidade de Pantano Grande, uma distância de cerca de 25 quilômetros. Quando ocorrida a distribuição de sesmarias, usava-se os arroios e os rios como forma de limitar as terras. E na ilustração da área da Estância Nossa Senhora da Vitória são perceptíveis os limites com o rio Jacuí e os arroios Capivari, Dom Marco e Tabatingaí.

Com as heranças e desmembramentos ocorridos posteriormente, a área original da estância teve significativa redução de extensão. Apesar das partilhas ocorridas, atualmente, ela ainda permanece com uma área de terras em torno de 1.500 hectares.

Considerada uma das mais importantes e uma das maiores do Século XIX em Rio Pardo, essa estância ainda preserva grande parte das edificações existentes no final do Século XIX. Tanto a casa principal como as demais estruturas que compõem a fazenda estão em ótimo estado de conservação. Ali também podem ser encontrados inúmeros móveis e utensílios da época de seu esplendor. Separada da cidade de Rio Pardo pelo rio Jacuí, ali podem ser encontrados vestígios da senzala, estatuetas, uma imagem de Nossa Senhora da Vitória, bancos de azulejo, chafarizes e outros.

No inventário consta uma descrição detalhada dos bens de Mathias José Velho. Por ser um homem abastado, seu patrimônio estava espalhado por diferentes regiões da Província. Nesta pesquisa, foram coleta-

dos apenas os dados referentes à Estância da Vitória. Na tabela 1, está a relação dos animais que havia na unidade produtiva no ano de 1876. No total, havia 15.032 animais, divididos da seguinte forma:

Tabela 1 – Quantidade e valor dos animais da Estância Nossa Senhora da Vitória - 1876

Inventário de Mathias José Velho 1876 - Estância da Vitória	
Descrição dos animais	Valor
11.544 reses de criar xucras	126:984\$000
312 ditas mansas	4:056\$000
305 novilhos	5:490\$000
121 bois mansos	2:662\$000
179 cavalos mansos 1ª qualidade	3:222\$000
106 cavalos mansos 2ª qualidade	954\$000
67 potros capões	804\$000
24 mulas mansas	5756\$000
1066 éguas xucras	4:264\$000
1300 ovelhas	1:950\$000
8 burros	24\$000
<b>Total</b>	<b>150:986\$000</b>

Fonte: Inventário de Mathias Jose Velho.

Para a execução dos trabalhos diários de campo, a estância tinha 53 cativos. Dentre esses, 35 escravos eram do sexo masculino, dos quais 16 campeiros, 2 roceiros, 1 pedreiro e um ferreiro. As escravas possivelmente eram

responsáveis por atividades domésticas e artesanais no complexo da estância. Nem todos os escravos da estância listados no inventário aparecem com seus respectivos ofícios, conforme pode ser observado na Tabela 2.



Tabela 2 – Listagem dos escravos da Estância Nossa Senhora da Vitória

	Descrição dos ESCRAVOS	Profissão	Valor
1	Cijumpio	campeiro	1:500\$000
2	Braz	campeiro	1:200\$000
3	Adao Bambino	campeiro	500\$000
4	Maria Victoria e o ingênuo		1:000\$000
5	Rafael filho desta		100\$000
6	Frederico	campeiro	1:800\$000
7	Zeferino Juca	campeiro	1:500\$000
8	Jasé Passarinho	campeiro	1:200\$000
9	Paulo	campeiro	1:500\$000
10	Martinho	campeiro	1:000\$000
11	Januário	campeiro	1:000\$000
12	Jacinto	campeiro	1:200\$000
13	Manoel, mulato	campeiro	1:600\$000
14	Roque	campeiro	1:000\$000
15	Davi	campeiro	800\$000
16	Juliao	campeiro	1:200\$000
17	Clementino	campeiro	800\$000
18	Conrado		500\$000
19	Luzia Genoveva		1:000\$000
20	Jorge		600\$000
21	Antonio Meira	roceiro	800\$000
22	Joao Meira	campeiro	800\$000
23	Anturo		300\$000
24	José Crioulo, doente		25\$000
25	Julião	roceiro	1:500\$000
26	Pedro, mocambique		400\$000
27	Domingos		25\$000
28	Joaquim	pedreiro	800\$000
29	João, cego		25\$000
30	Pio		400\$000
31	Julia e os ingênuos		1:200\$000
32	Alfredo, filho da mesma		300\$000
33	Honoreia, filha da mesma		150\$000
34	Gertudi		900\$000
35	Cesária		1:000\$000
36	Luciana Lucia e a ingênuo		1:200\$000
37	Gabriela, filha da mesma		100\$000
38	Ignes de Castro		1:000\$000
39	Priciliana		1:200\$000
40	Idalina e o ingênuo		1:000\$000
41	Alexandre, filho da mesma		100\$000
42	Vicência		600\$000
43	Joaquina		800\$000
44	Virgilina		1000\$000
45	Bernarda		500\$000
46	Marcolina		300\$000
47	Romana		200\$000
48	Luisa, congo		700\$000
49	Joana		600\$000
50	Guilherme		800\$000
51	Mathias		500\$000
52	Joaquim	ferreiro	500\$000
53	Antonio, congo		300\$000
Total			41:025\$000

Fonte: Inventário de Mathias José Velho.

Nos inventários normalmente aparece os nomes dos cativos, sua idade, o sexo e valor. Por vezes, também estado de saúde origem e ofício dos cativos eram registrados. Esses dados todos, no entanto, não aparecem no inventário compulsado.

Nas áreas pastoris, os escravos campeiros e domadores valiam mais, pois eram fundamentais para a lida no campo e responsáveis por guardar e realizar os rodeios do gado. Osório (2005) levanta a hipótese de que o elevado preço dos escravos poderia ser uma forma dos estancieros mantê-los em suas propriedades, sem que pudessem comprar sua alforria. Como o inventário pesquisado é de 1876, os valores dos escravos ainda são relativamente elevados. Logo em seguida seriam afetados pelo iminente fim escravidão.

A partir dos dados fornecidos pelo inventário, uma rés de criar xucra custava 11\$000 e um escravo campeiro de boa qualidade em torno de 1:500\$000. Sendo assim, eram necessárias cerca de 136 reses para comprar um bom escravo campeiro. Era um custo relativamente alto, porém o custo-benefício deveria valer a pena. Se o escravo trabalhasse por 10 anos, custaria 13,5 reses por ano, uma média de 1,2 reses por mês. Porém, há de se considerar que o cativo poderia ter uma vida produtiva muito superior a 10 anos. Obviamente que nesse cálculo não está computado o custo de manutenção do cativo que incluía alimentação, moradia e vestuário.

Embora possivelmente os escravos exercessem funções múltiplas no complexo de uma estância, tomando apenas os dados do inventário, teríamos um escravo campeiro para aproximadamente 940 animais.

Na descrição dos bens arrolados, aparecem também os móveis existentes na estância que incluía desde bandejas de prata, talheres, mobílias de jacarandá e mogno, até material de lida no campo. Analisando os bens descritos, é perceptível a fortuna dos proprietários. Um item chama atenção: os 3.681kg de arame de ferro listados, o que denuncia a presença de alambrados. Isso significa que os campos passavam a ser cercados com arame. As cercas divisórias deram fim aos campos indivisos, diminuindo a necessidade de força de trabalho na lida com o gado (FRANCO, 1969, p. 70-71). Os cercamentos iniciaram pelas estâncias mais abastadas a partir da década de 1870, “preparando o caminho para à melhoria dos rebanhos, à seleção das raças, à comercialização regular das tropas, e bem assim à sedentarização e à diminuição da peonagem” (CÉSAR, 2005, p. 137).

Com base nos dados coletados do inventário de Mathias José Velho, foi possível elaborar a Tabela 3.

Tabela 3 – Participação dos diferentes bens de produção no patrimônio da Estância Nossa Senhora da Vitória em 1876.

Bens de Raiz	Valor
Escravos	41:025\$000
Móveis e equipamentos	4:399\$095
Animais	150:986\$000
Terras (8 léguas) e casas	320:000\$000
<b>Total</b>	<b>516:410\$095</b>

Fonte: Inventário de Mathias José Velho

A partir dos dados da tabela é possível calcular a composição do patrimônio produtivo da estância. Em 1876, os animais representavam 29,23%; os escravos 7,94%; os móveis e equipamentos 0,85%; e a terra

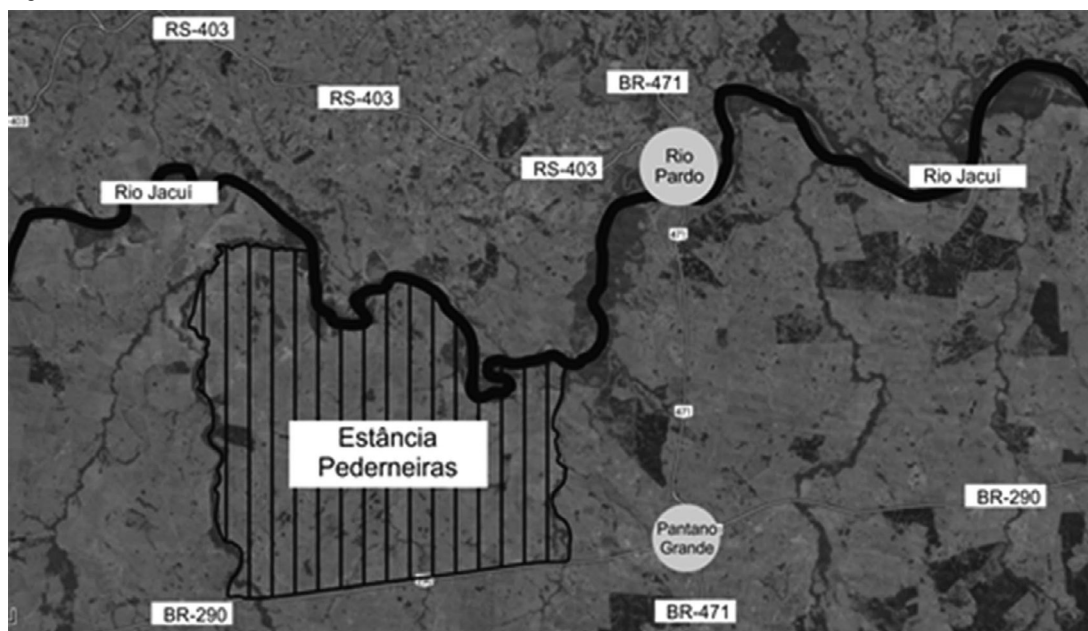
as demais benfeitorias 61,97% do patrimônio produtivo total da estância. A terra se constituía então no bem mais valioso do estanciero. A valorização fundiária ocorreu principalmente a partir de 1850, quando foi editada a Lei de Terras.

## Estância das Pederneiras

A Estância das Pederneiras está localizada às margens do rio Jacuí e da estrada denominada Passo das Pederneiras. No final

do Século XIX, se localizava no 5º distrito de Rio Pardo, denominado Capivary. Posteriormente, o distrito de Capivary foi denominado de Capivarita. A partir 1987, o distrito passou a integrar o município de Pantano Grande. De acordo com o inventário pesquisado, em 1882 a estância possuía em torno de oito léguas de campo, algo próximo a 35 mil hectares. Com as informações coletadas no inventário, testamento e medição, foi possível elaborar um mapa aproximado da localização do empreendimento criatório.

Figura 2 – Área de terras da Estância das Pederneiras em 1882



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do inventário do vereador José Ferreira Porto.

Por meio da ilustração, percebe-se que a propriedade possuía grande parte de suas terras ao norte delimitadas pelo rio Jacuí. Do lado leste, fazia divisa com a propriedade dos herdeiros de José Mathias Velho, então proprietários da Estância Nossa Senhora da Vitória, que foi descrita anteriormente, e que

possuía praticamente a mesma superfície territorial.

A estância pertencia à família Ferreira Porto, muito importante e rica na Província. Os Ferreira Porto possuíam títulos de nobreza em sua linhagem e eram grandes detentores de propriedades no RS. Conforme

Macedo (1969, p. 117), a Estância das Pederneiras foi adquirida em 1780 pelo português Francisco Veloso Rebelo. Possivelmente os herdeiros de Veloso Rebelo a venderam para a família Ferreira Porto antes de 1865. O Conde D'Eu, em sua primeira passagem pela província, referiu-se à propriedade da seguinte forma "Pelo espaço de nove léguas consecutivas fomos sempre contornando, a esquerda, as propriedades de um único indivíduo, o Sr. Ferreira Porto, vulgarmente conhecido por Portinho" (D'EU 1981, p. 38).

De acordo com o inventário de José Ferreira Porto, no que tange especificadamente à Estância das Pederneiras, nela estava lotada um plantel de 18 escravos. Os cativos tinham idades que variavam entre os quatro e os quarenta anos, sendo 13 do sexo masculino e cinco do feminino. Doze dos escravos arrolados tinham o ofício de campeiro, três eram domésticas, havendo, ainda, três ingênuos.

Tabela 4 – Escravos da Estância das Pederneiras em 1882

Descrição dos escravos		Profissão	Idade	Valor
1	Felippe	campeiro	40	800\$000
2	Pampeu	campeiro	15	900\$000
3	Ciriaco	campeiro	36	600\$000
4	Gerlado	campeiro	22	800\$000
5	João Antonio	campeiro	18	800\$000
6	Estacio	campeiro	32	400\$000
7	Felicidade	doméstica	35	400\$000
8	Laura	doméstica	14	600\$000
9	Zenobia		7	600\$000
10	Fruetosa		6	500\$000
11	Leonel	campeiro	37	800\$000
12	Marcellino	campeiro	24	600\$000
13	João Paulo	campeiro	23	800\$000
14	Felicidade Benigma	doméstica	26	500\$000
15	Andre		4	600\$000
16	Pedro	campeiro	21	600\$000
17	Praxedes	campeiro	9	500\$000
18	João do ceu	campeiro	40	800\$000
Total				11:600\$000

Fonte: Inventário do vereador José Ferreira Porto.

As campanhas pelo fim da escravidão no Brasil ocorridas na segunda metade do Século XIX afetaram o valor do escravo, como é possível notar quando se comparam os preços dos trabalhadores cativos do inventário

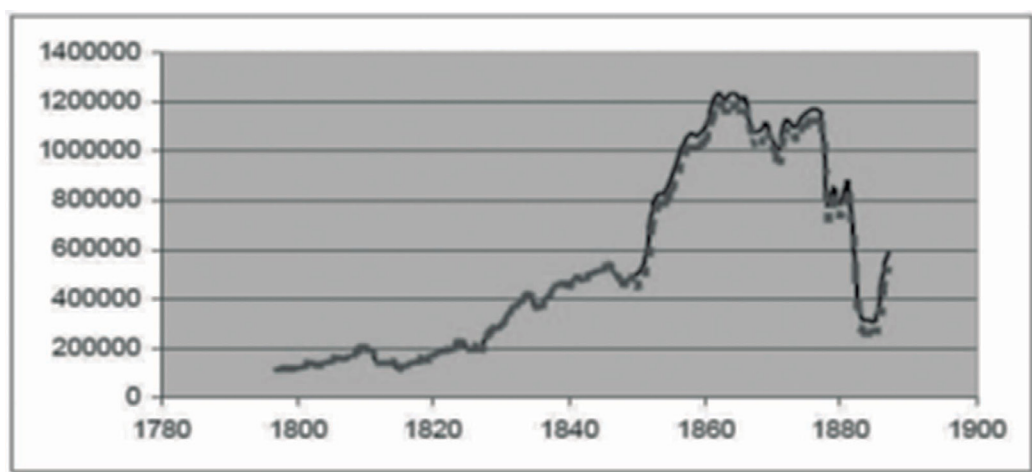
de Ferreira Porto com o de Mathias José Velho. Como registrado acima, no inventário de Velho um bom escravo campeiro foi avaliado entre 1:500\$000 e 1:800\$000. Já na Estância das Pederneiras, o cativo campeiro foi ava-

liado, no máximo, em 900\$000, o que sugere uma desvalorização do escravo num período de apenas seis anos. A média do valor dos escravos caiu de 772\$170 para 644\$444 de um inventário para outro. Enquanto em 1876 eram necessárias 136 reses para comprar um bom escravo campeiro, em 1882 eram necessárias apenas 69 reses de criar.

Noguerol et al. (2010), fundamentados em inventários pesquisados, construíram um

gráfico do preço médio de escravos na Província do RS e no município de Bagé. Para tanto, elegeram como padrão os chamados escravos de primeira linha. Para eles, os escravos de primeira eram aqueles que apresentavam as seguintes características: ser sadio, do sexo masculino e contar de vinte a trinta anos de idade. A Figura 3 representa a variação dos preços médios desse tipo de cativo no Rio Grande do Sul e em Bagé ao longo de noventa anos.

Figura 3 – Variação dos preços dos escravos em Bagé e no RS



Fonte: Noguerol et al (2007) <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf>.

No arrolamento dos animais da Estância das Pederneiras é feita menção à presença da raça inglesa. São indícios da melhoria da qualidade genética dos animais e da existência de alambrados. A propriedade pos-

suía 17.085 reses de criar, no valor de 13\$000 cada uma. Enquanto o valor do escravo decrescia com a proximidade do fim da escravidão, o valor da rês aumentava.

Tabela 5 – Animais existentes na Estância das Pederneiras em 1882

Descrição dos animais	Valor
01 touro de raça inglesa	500\$000
01 cavalo dito	1:500\$000
17.085 reses de gado de criar	222:105\$000
970 reses de novilho	25:220\$000
121 bois mansos	3:630\$000
3655 éguas	10:965\$000
18 mullas	575\$000
23 jumentos	34\$500
76 potros xucros	912\$000
56 potros de criação	896\$000
320 cavalos mansos	5:120\$000
658 ovelhas	987\$000
83 novilhos de raça inglesa	2:158\$000
35 potros de raça inglesa	700\$000
<b>Total</b>	<b>275:302\$500</b>

Fonte: Inventário do vereador José Ferreira Porto.

Essa estância, além do gado vacum, também se dedicava à criação de equinos. Ao todo, os animais da unidade somavam 23.102 cabeças. A partir daí, é possível calcular a porcentagem da lotação animal por hectare. Tomando por base que uma légua de campo corresponde a 4.356 hectares e que a estância era constituída de 8 léguas, chegasse ao seu tamanho aproximado, que deveria ser em torno de 34.848 hectares. Disso resulta uma lotação de 0,66 animais por hectare ou 2.888 cabeças de gado por légua de campo. Mas há que se considerar que nem toda a área deveria ser utilizada para apascentar o gado. Uma estância precisaria ter um pomar, uma roça para desenvolver a agricultura, benfeitorias construídas, áreas de matas.

Comparando a lotação da Estância das Pederneiras com a da Nossa Senhora da Vitória percebe-se que a primeira apresentava

índices mais positivos. Na Estância da Vitória havia 1.879 animais por légua de terra e uma lotação de 0,43 animais por hectare. O conde D'Eu (1981, p. 38) anotou que em 1865, nos arredores de Rio Pardo, uma légua quadrada poderia sustentar três mil reses de gado vacum. E Cezimbra Jacques (2000, p. 79) registrou que nas estâncias podia-se “criar folgadoamente numa légua quadrada de campo, de 1.500 a duas mil cabeças de gado.”

No que tange à proporção existente entre trabalhadores escravos e quantidade de gado, esta era de 1 campeiro cativo para 1.424 cabeças de animais na Estância das Pederneiras.

Como a unidade produtiva possuía mais que uma residência dentro de seus campos, elas foram avaliadas separadas do valor da terra. Esse fato não ocorreu com a estância estudada anteriormente em que apenas constava o valor dos campos com a casa.

Tabela 6 – Valor dos campos e benfeitorias da Estância das Pederneiras

Descrição das terras e Benfeitorias	Valor
8 léguas de campo	240:000\$000
1 casa de sobrado	5:000\$000
1 dita térrea morada do capataz, peões e cocheiros	4:000\$000
1 casa térrea denominada a Perdeneiras	1:500\$000
<b>Total</b>	<b>250:500\$000</b>

Fonte: Inventário do vereador José Ferreira Porto.

Conforme a Tabela 6, cada légua de campo foi avaliada em 30:000\$000. O sobrado citado é a atual casa-sede da Estância da Quinta; já a casa térrea, denominada Pederneiras, constituía a casa-sede da Estância das Pederneiras.

A partir desses dados, é possível chegar à composição do patrimônio produtivo dessa unidade criatória.

Tabela 7 – Avaliação dos bens produtivos do patrimônio da Estância das Pederneiras

Bens de Raiz	
Escravos	11:600\$000
Equipamentos	1:310\$000
Animais	275:302\$500
Terra (8 léguas)	240:000\$000
Benfeitorias	10:500\$000
<b>Total</b>	<b>538:712\$500</b>

Fonte: Inventário do vereador José Ferreira Porto.

Com todos os bens relacionados, chega-se ao valor final do patrimônio da Estância das Pederneiras. Em 1882, ela foi avaliada em 538:712\$500. Um valor bem próximo da estância anteriormente analisada. As tabelas explanadas são de suma importância para o entendimento da composição do patrimônio produtivo da estância, que era assim integralizado: 2,15% de escravos; 2,19% de equipamentos; 51,10% de animais e 44,55% de terras e benfeitorias. Nessa estância o bem mais valioso eram os animais, diferentemente da estância da Nossa Senhora da Vitória onde a terra era o bem principal.

## Trabalhadores das estâncias: cativos e livres

De uma forma geral, os estudos que tratam da relação entre trabalho escravo e capitalismo afirmam existir uma contradição insuperável entre esses.

A crença de que o trabalho escravo dificultava ou mesmo impedia a melhoria dos processos produtivos permeia a quase totalidade das obras dedicadas à formação da economia brasileira (Castro, 2011, p. 231).

O trabalho cativo aparece como arcaico, ineficaz, pouco produtivo e pouco rentável quando comparado com o trabalho assalariado. Seria, mesmo, incompatível com as inovações tecnológicas e a divisão racional do trabalho. A concepção de que o trabalho do escravo é de qualidade inferior ao trabalho livre tem sua origem mais respeitável nos escritos de Adam Smith. Em seu trabalho seminal, *A riqueza das Nações*, publicado em 1776, ele expôs que:

[...] a experiência de todas as épocas e nações demonstra que o trabalho executado por escravos, embora aparentemente custe apenas a própria manutenção dos escravos, ao final é o mais caro de todos. Uma pessoa incapaz de adquirir propriedade não pode ter outro interesse senão comer o máximo e trabalhar o mínimo possível. Se algo ela fizer, além do suficiente para pagar a própria manutenção, só o fará se isso a beneficiar pessoalmente, sendo impossível obrigá-la a fazer esse algo mais sob violência (SMITH, 1983, p. 328).

Conforme Antônio Penalves Rocha (2000, p. 195), no que diz respeito ao trabalho escravo, a Economia Política defendeu que tendo o homem a liberdade e a propriedade de si mesmo, agiria sob o impulso de seus interesses, tornando-se mais ativo e inventivo, ao mesmo tempo em que administraria frugalmente sua vida. Inversamente, com a ausência da liberdade e da propriedade de si mesmo, isso é, na escravidão, o homem não teria motivação para o que quer que fosse, seria preguiçoso, não seria inventivo e desejaria sempre comer muito e trabalhar pouco.

Em uma linha completamente oposta, o economista francês Jean-Baptiste Say, em seu Tratado de Economia Política, obra cuja primeira edição veio à luz no ano de 1803, procurou demonstrar que o trabalho escravo era mais barato e produtivo do que o trabalho livre. Partiu, para tanto, da seguinte proposição: “não tenho dúvida alguma de que [a escravidão] aumenta muito” a produção “ou pelo menos, que com o trabalho do escravo o excedente dos produtos sobre o consumo é maior do que com o trabalho do homem livre” (SAY, apud ROCHA, 2000, p. 182).

Nessa perspectiva, Say afrontava Smith, Turgot e Stuart Mill. Construiu, nesse sentido, uma explicação singular sobre a escravidão que contrariou tudo o que havia sido escrito anteriormente sobre o tema dentro da Economia Política e que destoou das concepções que foram defendidas ou adotadas posteriormente (ROCHA, 2000, p. 181). Por ser militante antiescravista e pelas críticas que recebeu de economistas contemporâneos seus, nas edições posteriores do seu Tratado de Economia Política, principalmente a de 1826, que foi a derradeira e que serviu de matriz para as reedições posteriores, abrandou suas concepções sobre a maior produtividade do trabalho escravo quando comparado ao livre e passou a fazer uma severa crítica econômica da escravidão (Rocha, 2000). Ainda assim, encontra-se na sua obra derradeira a seguinte passagem:

Os que pensam que o trabalho do escravo é menos dispendioso do que o do servidor livre fazem um cálculo semelhante ao seguinte: a manutenção anual de um negro nas Antilhas, nas habitações em que são mantidos com mais humanidade, não custa mais de 300 francos. Acrescentamos a isso

juro de seu preço de compra e estimemo-lo em 10%, pois se trata de um juro perpétuo. O preço de um negro comum sendo de 2 mil francos, mais ou menos, o juro será de 200 francos, calculado por cima. Assim, pode-se estimar que cada negro custa, por ano, 500 francos a seu senhor. Ora, num mesmo país, o trabalho de um homem livre custa mais do que isso. Pode cobrar por sua jornada de trabalho uma base de 5, 6 ou 7 francos e às vezes até mais. Tomemos 6 francos como média e só contemos 300 dias de trabalho por ano. Isso dá, como soma de seus salários anuais, 1.800 em vez de 500 francos (SAY, 1983, p. 197).

Os dados obtidos por meio dos inventários consultados evidenciam que nas grandes estâncias de criação de gado de Rio Pardo, na segunda metade do Século XIX, houve a conjugação do emprego da força de trabalho livre com a escrava, com a predominância da primeira.

Em suas pesquisas, Zarht (2002, p. 112) concluíra que “nas grandes estâncias, é certo que existiam escravos; nas pequenas ou médias, nem sempre.” No mesmo sentido, Osório (2007) constatou que já no período colonial a utilização de escravos como peões era constante na capitania de São Pedro nas grandes estâncias.

Nas grandes estâncias, os escravos campeiros, especializados, supriram as necessidades de mão de obra permanentes da atividade pecuária. Trabalhavam comandados por um capataz livre [...] e certamente acompanhados de peões livres, nos momentos de pico sazonal da atividade pecuária.

Investigando a fronteira sul durante o Século XIX, Farinatti (2010, p. 357) demonstrou que os escravos campeiros constituíam a maioria nos plantéis dos grandes estancieiros, mas que “marcavam presença também



nos extratos inferiores da hierarquia econômica dos criadores de gado.”

Embora pudessem exercer funções múltiplas no complexo de uma estância, o principal trabalho do cativo campeiro consistiu em “vigiar o gado, domesticá-lo, aproximá-lo do laço e da faca” (CESAR, 2005, p. 116). Daí surgiu a expressão parar rodeio. Parar rodeio consistia em reunir tropas para contar e marcar os animais, curar e dar sal

ao gado, castrar potros e touros, tosar éguas, apartar novilhos e vacas para tropear para matadouros e charqueadas (JACQUES, 2000, p. 81).

Mas além do trabalhador feitorizado, as estâncias também se valiam da força de trabalho livre permanente ou temporária. Na tabela 8, aparecem os salários mensais pagos a um capataz e a 12 posteiros no trimestre que vai de julho a setembro do ano de 1881.

Tabela 8 – Lista de pagamento de salários da Estância das Pederneiras, de julho a setembro de 1881

Função	Nome	tempo	valor mensal	total
Capataz	Braz Pinto de Miranda	3 meses	50\$000	150\$000
Posteiros	Tristão Vicente da Silveira	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Vicente Nunes Doravel	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	João da Roza	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Patricio Angelo Silveira	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Gaspar Correa da Figueira	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Antonio Candido Maciel	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Fausto Salaves dos Santos	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Paulino Pereira dos Santos	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Hildebrando Pereira dos Santos	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	João Tristão da Silveira	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Vicente Pinto da Miranda	3 meses	12\$000	36\$000
Posteiros	Camilo Pinto de Miranda	3 meses	12\$000	36\$000
<b>Total</b>				<b>546\$000</b>

Fonte: Inventário vereador José Ferreira Porto, 1882, p. 52.

O capataz da estância, Braz Pinto de Miranda, recebia 50\$000 ao mês. Cada um dos 12 posteiros tinha um vencimento que era de 10\$000 ou de 12\$000 mensais. Nas estâncias, os posteiros eram indispensáveis na vigilância sobre o gado. Viviam com suas famílias em ranchos na periferia da propriedade rural, em pontos nevralgicos, - passos e encruzilhadas -, fiscalizando o trânsito dos animais, cuidado dos tapumes, tratando de substituir o

olhar do dono, “multiplicando-se, onipresente, pelos campos afora” (CESAR, 2005, p. 113).

Considerando que uma rês de gado de criar valia então 13\$00, o pagamento de um posteiro ficava próximo de uma rês ao mês. Já o capataz recebia o equivalente a quatro reses mensalmente.

Na Estância das Pederneiras havia 12 escravos campeiros. Em média, a cada um deles foi atribuído o valor de 700\$000. Con-

siderando que um posteiro ganhava entre 120 e 144\$00 anuais, conclui-se que em 4,8 a 5,8 anos de trabalho ganhava o equivalente ao preço de um escravo campeiro. O preço mensal de um posteiro equivalia, mais ou menos, a de um peão campeiro.

No inventário do vereador José Ferreira Porto aparece uma relação, datada do ano de 1882, de pagamentos feitos ao capataz, posteiros e peões da Fazenda da Cria, localizada então no município de Porto Alegre, e que possuía dez escravos.

Tabela 9 – Vencimentos pagos a trabalhadores livres da Estância da Cria em 1882

Função	Nome	tempo	valor mensal	total
Capataz		3 meses	50\$000	150\$000
Posteiros	Bento	3 meses	12\$000	36\$000
Peões	José Roberto	3 meses	12\$000	36\$000
Peões	Felippe	3 meses	12\$000	36\$000
Peões	Antonio	1 meses	12\$000	12\$000
Peões	Angelico	3 meses	12\$000	36\$000
Peões	Feliciano	3 meses	12\$000	36\$000
Peões	João Ferreira	3 meses	12\$000	36\$000
Peões	João Miranda	2 meses	12\$000	20\$000
Peões	Hilário Gonçalves	2 meses	10\$000	20\$000
Total				418\$000

Fonte: Inventário vereador José Ferreira Porto, 1882 p.32.

Como pode ser observado, o preço mensal pago ao capataz e aos posteiros da Fazenda da Cria era exatamente o mesmo que o pago aos trabalhadores livres da Estância das Pederneiras. Os peões recebiam então uma remuneração que variava entre 10\$000 e 12\$000, ou seja, semelhante ao dos posteiros.

A partir desses dados, conclui-se que, para o estancieiro, possivelmente era altamente vantajosa a utilização do trabalhador cativo. Possuir escravos parece ter sido um bom negócio para os estancieiros. Como afirma Cesar, “ficava mais em conta do que despendar dinheiro indefinidamente com os assalariados” (CESAR, 2005, p. 114).

Apesar da existência de trabalhadores livres, a presença de cativos nas estâncias,

exercendo atividades pastoris parece ter sido imprescindível. Formavam, ao menos nas estâncias maiores, um núcleo de trabalhadores estável e permanente da qual o estancieiro podia se valer ao longo de todo o ano (MAESTRI, 2008, p. 256). Ao mesmo tempo, a existência do trabalhador cativo deve ter atuado para deprimir as exigências e o poder de barganha dos peões e posteiros. Peões e posteiros, embora juridicamente livres, em função da existência do instituto da escravidão, submetiam-se a relações de trabalho semisservis.

Assim, o ideal para um estancieiro era possuir um quadro misto de trabalhadores, mesclando livres e cativos. Caso o escravo fosse descartado e substituído apenas por trabalhadores assalariados para fazer a lida

do campo, havia o risco de faltar mão de obra e os salários subir, já que a procura poderia exceder a oferta.

Talvez seja de bom alvitre, ao se discutir sobre as relações de trabalho no Século XIX, lembrar-se da constatação de Louis Couty (1988, p. 68), viajante francês que esteve no Brasil no final daquele mesmo século: “[...] se é fácil suprimir o escravo, ninguém sabe como organizar o trabalho livre.”

### Considerações finais

A partir dos dados coletados nos inventários de Mathias José Velho e de José Ferreira Porto, respectivamente proprietários, no final do Século XIX, da Estância da Nossa Senhora da Vitória e da Estância das Pederneiras, ambas então localizadas no município de Rio Pardo, RS, foi possível chegar a uma série de constatações.

No que diz respeito à composição do patrimônio produtivo dos estancieiros pesquisados, apurou-se que ele não era homogêneo. Nas Estância da Vitória, a terra se constituiu no principal bem patrimonial. Nessa unidade de produção, a propriedade da terra correspondeu a 61,97% do conjunto dos bens inventariados na estância. Já na Estância das Pederneiras a terra correspondeu a 44,55% do total patrimonial. Os animais formaram o bem mais valioso na Estância das Pederneiras, com 51,1%. Na Estância Nossa Senhora da Vitória representaram 29,23%.

Os cativos estiveram presentes inicialmente nas duas estâncias estudadas. Sua força de trabalho foi de grande importância nas propriedades rurais. Constituíam-se, igualmente, em uma mercadoria valiosa

para os estancieiros. Na Estância da Vitória, que possuía 53 escravos, correspondiam a 7,94% na composição do patrimônio da unidade produtiva. Na Estância das Pederneiras havia 18 escravos, equivalendo a 2,19% do montante patrimonial. A extinção do trabalho compulsório deve ter provocado aumento nos custos de produção do gado em função do encarecimento da mão de obra. Mas isso é apenas uma hipótese que se pode levantar e que futuras pesquisas podem confirmar ou desmentir.

Ao lado dos escravos, que eram a principal força de trabalho das estâncias de criação de gado pesquisadas, havia também a presença de trabalhadores juridicamente livres. Nos inventários, eles aparecem exercendo os trabalhos de capataz, posteiro e peões. Na Estância das Pederneiras, constatou-se a presença de 13 trabalhadores livres no período de julho a setembro de 1881, entre eles um capataz e 12 posteiros. No trimestre seguinte, esse quadro de trabalhadores teve o acréscimo de mais dois posteiros.

Os trabalhadores livres - posteiros e peões - recebiam então uma remuneração que variava entre 10\$000 a 12\$000. Já os capatazes tinham uma remuneração mensal de 50\$000. Nessa mesma época, aquele que se considerava ser um bom escravo campeiro, valia 900\$000. Em média um escravo campeiro custava 700\$000. A partir desses dados se pode concluir que, para o estancieiro, possivelmente era altamente vantajosa a utilização do trabalhador cativo.

Portanto, pode-se afirmar, com algum grau de segurança, que as estâncias de Rio Pardo, durante o Século XIX, mesclavam trabalhadores cativos e livres, com a predom-

minância dos primeiros. Assim, não se sustenta a tese longamente difundida de que na criação de gado dos campos do RS não se empregava o trabalho escravo.

## Abstract

The objective of the article is to analyze the composition of the assets of livestock ranches in Rio Pardo, RS, in the late 19th century and to find out the extent to which slave labor was present in pastoral activities. For analytical focus two major farms of the county, Nossa Senhora da Vitória and Pederneiras, were chosen. The main empirical research source used consists of original manuscripts. These references are the postmortem inventories of Mathias José Velho, owner of the Santa Vitória ranch and of council member José Ferreira Porto, owner of Pederneiras.

*Keywords:* Livestock Ranches. Slavery. Postmortem Inventories.

## Abstracto

El objetivo de este trabajo es analizar como se componía el patrimonio de las Estancias de criación de ganado en Rio Pardo, RS, al final del siglo XIX y detectar en que medida la fuerza del trabajo esclavo estuvo presente en las actividades pastoriles. Como foco de análisis fueron seleccionadas las estancias de Nossa Senhora da Vitória y de las Pederneiras, dos de los principales emprendimientos de criación del municipio. La principal fuente empírica de pesquisa utilizada fue basada en manuscritos e inventários post mortem del Sr Mathias

José Velho, proprietário de la estancia Santa Vitoria y del Ministro Jose Ferreira Porto, dueño de las Pederneiras.

*Palabras clave:* Estancias de criación de ganado. Esclavitud. Publique inventarios mortem.

## Referências

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Antônio Barros de. Em torno à questão das técnicas no escravismo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2011. p. 231-256.
- CESAR, Guilhermino. *Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.
- COUTY, Louis. *Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- DAUMARD, Adeline et al. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba: Editora da UFPR, 1984.
- EIFERT, Maria Beatriz Chini. *Marcas da escravidão nas fazendas pastoris de Soledade (1867-1883)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2007.
- EU, Gastão de Orléans. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- FARINATTI, Luiz Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. In: *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. Campinas: Alínea, 2009. p. 25-35.
- FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1962.
- FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regia de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.
- FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FRANCO, Sérgio da Costa. A campanha. In: PRADO, Áurea (Coord.). *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 65-74.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Martins Livreiro; Caxias do Sul: UCS, 1978.
- KÜHN, Fábio. *Gente fronteiriça: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- HERRLEIN JR, Ronaldo. *Rio Grande do Sul 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?* Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. Santa Maria Ed. UFSM, 2000.
- LAYTANO, Dante de. *Guia histórico de Rio Pardo*. Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 2. ed. 1979.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. A Arquitetura. In: PRADO, Áurea (Coord.). *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 109-128.
- MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, Mário (Org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008.
- MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Ed. Unisinos, 2012.
- NOGUERÓL et al. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf>>. Acessado em: 4 fev. 2014.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nasceu: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo, RS, 1860-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2010.
- PINTO, Lourdes Noronha. *Antigas fazendas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grafi-offset, 1989.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.
- ROCHA, Antônio Penalves. As observações de Jean-Baptiste Say sobre a escravidão. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 38, 2000. p. 181-212.
- SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes de. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954.

SPENNER, Bruna Vieira. *Arquitetura, gado e cativo: estâncias pastoris em Rio Pardo no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz Santa Cruz do Sul, Santa Cruz Santa Cruz do Sul, 2013.

XAVIER, Paulo. A estância. In: PRADO, Áurea (Coord.). *Rio Grande do Sul: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 75-87.

ZARTH, Paulo Afonso. A importância dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica. *História Social*, Campinas-SP, n. 21, p. 13-35, jul./dez. 2011.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.